

MISSÃO, ESPERANÇA E PAZ

Carta Pastoral do Cardeal

Orani João Tempesta, O. Cist.

Arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro

por ocasião do Ano Santo de 2025

“Peregrinos da Esperança”

20 de outubro de 2024

Dia Mundial das Missões.

Um novo jubileu foi proclamado

1. A cada 25 anos a Igreja proclama o Ano Santo ordinário. Por isso, em carta datada de 11 de fevereiro de 2022, o Papa Francisco anunciou para toda a Igreja o lema que brotou do seu coração para este Jubileu Ordinário em 2025: Peregrinos da Esperança. A partir da meditação dessa importante virtude teologal, o Santo Padre indica que o jubileu “poderá favorecer imensamente a recomposição de um clima de esperança e confiança, como sinal de um renovado renascimento do qual todos sentimos a urgência.”[1] De fato a proclamação de jubileus e anos santos na Igreja sempre teve a motivação de recordar aos cristãos que devemos continuamente manifestar ao mundo “a razão da nossa esperança” (cf. 1Pd 3, 15), levando a palavra do amor e da alegria que brota do evangelho de Jesus Cristo.

2. Também nós, atendendo ao convite do Santo Padre, iremos celebrar solenemente o jubileu, tanto indo nas peregrinações a Roma como também em nossa Arquidiocese. Estamos em um mês pleno de sentido, comemorações, celebrações solenes. Nesta ocasião, depois de celebrarmos tantas festas marianas (Rosário, Aparecida, Nazaré) e estando celebrando N. Sra. da Penha quisemos também escrever esta carta da celebração jubilar com as orientações e determinações próprias para nossa Arquidiocese. Rezemos para que ela nos leve a ser cada vez mais uma igreja que semeie esperança nesta grande cidade.

3. Nestes últimos tempos a Igreja tem compreendido que sua atividade pastoral e missionária deve empenhar-se em avivar a esperança no coração dos fiéis e do mundo inteiro. Com este fim, escrevemos em 2015 uma carta pastoral intitulada “A Esperança não decepciona”, ocasião em que a Arquidiocese vivia o Ano da Esperança como proposta e referência evangelizadora para o Rio de Janeiro em seu 11º Plano de Pastoral. Em 2024, uma outra carta pastoral “Peregrinos de Esperança e construtores da paz” foi escrita para celebrar o 15º ano de nossa posse como Arcebispo Metropolitano.

4. Ainda ressoam em nossos corações os momentos fortes do Jubileu Extraordinário da Misericórdia, quando fomos convidados a ser “misericordiosos como o Pai” (Lc 6, 36), refletindo o rosto de Jesus Cristo para tantos irmãos sofredores. A experiência das várias portas santas abertas em nossa Arquidiocese, em que diversos grupos puderam fazer peregrinações para lucrar a indulgência jubilar, foi um belo testemunho de unidade e fé, através das diversas atividades e eventos organizados nas paróquias, movimentos e pastorais para a vivência das obras de misericórdia. Também o Grande Jubileu do ano 2000, aberto por São João Paulo II, foi um momento enriquecedor que preparou todo o mundo cristão para o início do novo milênio e para os desafios que o mesmo apresenta. Poderíamos ainda destacar outras comemorações jubilares que marcaram o século passado, como o Jubileu Extraordinário da Redenção, em 1983; o Jubileu de 1975, dedicado pelo Papa Paulo VI ao tema da reconciliação; e o Jubileu de 1950, no qual o Papa Pio XII proclamou o dogma da Assunção da Virgem Maria.

5. A proclamação do novo jubileu a ser celebrado em 2025 é uma oportunidade para que o povo cristão reflita acerca do momento histórico que vivemos. Nesses dias pós-pandêmicos, marcados por conflitos e guerras, bem como por polarizações no âmbito social e político, mostrar que “a esperança não decepciona” (Rm 5,5) é um ato profético, um gesto de caridade para com uma humanidade ferida e marcada pela divisão e pelas situações difíceis de cada dia.

6. É nesse espírito de comunhão com toda a Igreja universal que me dirijo a vós, caríssimos irmãos e irmãs desta arquidiocese, que a cada dia buscam anunciar Jesus Cristo em meio a esta grande cidade. “Deus habita esta cidade” (cf. Sl 47,9, versão da Liturgia das Horas) e é necessário desvelar o rosto de Deus presente em nosso meio. É nosso desejo que o jubileu convocado pelo Papa Francisco seja um tempo fecundo para que cada fiel, nas diversas paróquias, capelas e comunidades

espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro, viva essa oportunidade de fé, caminhando em meio às vicissitudes como “peregrinos da esperança.”

O Jubileu na Bíblia

7. A origem mais remota das celebrações jubilares se encontra no texto veterotestamentário da Sagrada Escritura, mais precisamente no capítulo 25 do Livro de Levítico, o livro dos filhos de Levi, portanto, dos sacerdotes: um livro cerimonial que regulamentava minuciosa e meticulosamente os rituais do Templo de Jerusalém. Nele se encontra o termo *jobel* que, de acordo com análise do Cardeal biblista Gianfrancesco Ravasi, significava originalmente a celebração de um ano jubilar que começava solenemente em uma data específica e ao som da trombeta, e cujo eco, vindo de Jerusalém, rasgava o ar e se disseminava anunciando a celebração ritual de um tempo próprio, em conexão com a solenidade do *Yôm Kippur*, isto é, da expiação pelo pecado de Israel. Para este autor, o termo amplia a compreensão do Jubileu. Ele passava a ser visto não apenas como um tempo de celebração ritual, mas também como um período de reflexão ética, moral e existencial, incluindo, por exemplo, o perdão de dívidas e a libertação de escravos. Assim, houve uma evolução conceitual do *jobel*, de um ato meramente litúrgico para uma experiência com implicações ético-sociais. Desse modo, as celebrações jubilares passaram a ser marcadas por três dimensões essenciais: o repouso da terra, o perdão das dívidas e a libertação dos escravos. Aprofundemos, portanto, a análise deste termo e a sua compreensão na Escritura.

8. O termo “jubileu” provém do latim *jubilaeus* que, por sua vez, tem origem no termo hebraico *yobel*. Este termo aparece 27 vezes na Bíblia Hebraica, a qual corresponde parcialmente ao nosso Antigo Testamento. Nestas ocorrências ele pode indicar duas coisas: o chifre do carneiro utilizado como um instrumento musical (Ex 19,13) ou o “ano jubilar” (Lv 25; 27,16-25). O termo *yobel* conecta-se à raiz hebraica do verbo *yabal*, que significa “levar, conduzir” e que aparece em alguns textos do Antigo Testamento, como o Sl 45,15.16; 108,11 e Jr 31,9. Particularmente significativo é o uso da raiz em Jr 31,9, onde Deus anuncia, pela boca do profeta, um tempo de libertação: “*Em lágrimas eles voltam, em súplicas eu os trago de volta. Vou conduzi-los às torrentes de água, por um caminho reto, em que não tropeçarão. Porque eu sou um pai para Israel e Efraim é o meu primogênito*”. Porque Deus é “um pai”, Ele não permitirá que o seu povo permaneça para sempre em uma situação difícil, mas os “trará de volta” (*yabal*).

9. O jubileu, no AT, tem muito a ver com este “trazer de volta”. O texto base para compreendê-lo é Lv 25, que pode ser dividido em três partes: nos vv. 2-22 o Jubileu é apresentado em estreita relação com o ano sabático e com o próprio sábado; nos vv. 23-34 apresenta-se o resgate das propriedades; por fim, nos vv. 35-55 fala-se do resgate das pessoas. Vejamos o sentido teológico de cada uma dessas partes.

10. Nos vv. 2-22 o autor sagrado começa apresentando a lei do repouso sabático da terra. Assim como o sétimo dia devia ser consagrado a Deus, para o descanso, o louvor e a contemplação das suas obras, assim também a terra deveria descansar. O preceito do repouso sabático semanal encontra-se em Ex 20,8-11 e em Dt 5,12-15 com acentos teológicos próprios em cada um dos textos.

11. Em Ex 20,8-11 a motivação para o repouso sabático é a necessidade de se fazer memória da criação: “*Porque em seis dias o Senhor fez o céu, a terra, o mar e tudo o que eles contêm, mas repousou no sétimo dia; por isso o Senhor abençoou o dia do sábado e o santificou*” (Ex 20,11). Se o ser humano não faz uma pausa para contemplar a obra da criação e para percebê-la como sinal do amor e da generosidade de Deus que tudo nos deu, ele perde o sentido da própria existência. Absorvido pelo tempo, apenas produz, olhando sempre para o que é terreno, sem alçar seus olhos para o que está além, para Deus, que tudo criou por amor e para a alegria do homem, obra de suas mãos (Gn 2,8).

12. Em Dt 5,12-15, a motivação para o repouso sabático é a memória do êxodo, por isso até mesmo o escravo e a escrava deveriam ter direito a este repouso: “*Recorda-te que foste escravo na terra do Egito, e que o Senhor teu Deus te fez sair de lá com mão forte e braço estendido. É por isso que o Senhor teu Deus te ordenou guardar o dia de sábado*” (Dt 5,15). O sábado é, pois, para o judeu piedoso, memória da criação e memória do êxodo, duas realidades que se reclamam mutuamente. Deus “criou” o mundo e tudo o que há nele e “criou” também Israel, a partir do êxodo, para que ele fosse o receptor primeiro da mensagem salvífica, ou seja, para que, sendo seu povo, reconhecesse que a criação

é obra das mãos de Deus, fruto da sua bondade, tal como foi a libertação e a criação do seu povo, a partir do êxodo do Egito.

13. Segundo Lv 25,2-22, também a terra deverá gozar de um sábado. No sétimo ano a terra deverá repousar. Israel deverá reviver a experiência do deserto, onde experimentou a providência de Deus que tudo lhes dava mesmo sem que tivessem que plantar ou colher. Eles deverão usufruir do fruto da terra vivendo um grande ano de “repouso”. A partir do v. 8 é anunciado propriamente o “jubileu”. Este será celebrado a cada “sete semanas de anos”. Depois de sete anos sabáticos consecutivos, será celebrado um grande ano sabático, chamado de “jubileu”, que deverá começar com o toque da trombeta no Dia das Expições: *“No sétimo mês, no décimo dia do mês, farás vibrar o toque da trombeta; no dia das Expições, fareis soar a trombeta em todo o país. Declarareis santo o quinquagésimo ano e proclamareis da libertação de todos os moradores da terra. Será para vós um jubileu... (Lv 25,9-10).*

14. A segunda parte do v. 10 e o v. 11 trazem já dois temas que serão desenvolvidos na continuação de Lv 25: o jubileu como libertação dos cativos (v. 10) e como tempo de remissão das dívidas e devolução das propriedades (v. 13). Enfatiza-se, contudo, no conjunto dos vv. 2-22 a ligação do jubileu com o ano sabático. Sem semear e fazer a colheita usual, cada um deve colher e comer, livremente, o produto dos campos. Esta primeira parte de Lv 25, como também as duas outras que se seguirão, termina com uma motivação teológica: Deus abençoará o sexto ano, fazendo com que a colheita produzida nesse ano os alimente pelo sétimo, oitavo e nono ano. Assim, também no ano jubilar, onde por dois anos consecutivos não se haveria de plantar nem de colher sistematicamente, pois ao sétimo ano sabático se seguiria o ano jubilar, o povo teria seu estoque de alimentos garantido pelo Senhor.

15. A bênção do Senhor é a garantia que os israelitas têm de que podem observar suas normas, pondo n'Ele, e não simplesmente no trabalho de suas mãos, a sua segurança: *“eu estabeleço a minha bênção no que colherdes no sexto ano, de modo que vos garanta produtos por três anos” (Lv 25,21).* Tanto o ano sabático quanto o ano jubilar servem, sobretudo, para demonstrar a Israel que não é tanto pela força do seu trabalho que os campos produzem, ainda que este trabalho seja fundamental. Eles devem compreender que é a ação de Deus, verdadeiro senhor dos campos e do povo, que faz tudo crescer e prosperar, conforme nos recorda o Salmo 65,10-12: *“Visitaste a terra e a inebriaste; multiplicaste a sua abundância. O rio de Deus está cheio de água; providenciaste o trigo deles, pois assim preparaste a terra: irrigaste os seus sulcos, aplanaste seus torrões, com as chuvas a amoleceste, abençoaste os seus brotos. Coroaste o ano com a tua benignidade, os teus passos destilam fertilidade”.*

16. Em Lv 25,23-34 apresenta-se o jubileu como o tempo do resgate das propriedades. Um importante enunciado abre esta seção de Lv 25: *“A terra não será vendida perpetuamente, pois a terra me pertence e vós sois para mim estrangeiros e hóspedes” (Lv 25,23).* Este é o princípio geral que norteia toda a lei concernente ao resgate das propriedades no ano jubilar. A terra é dom de Deus ao povo. Eles a “conquistaram”, mas não pela força das armas e sim, pela ação do Senhor. Os emblemáticos episódios de conquistas das cidades cananeias no livro de Josué são apresentados mais como ações do Senhor do que como grandes estratégias de guerra e conquista. Para confirmar isto, basta ler Js 6, onde as muralhas de Jericó caem ao som das trombetas tocadas por ordem divina. Já antes, em Ex 17, o povo vence a guerra contra os amalecitas somente porque Moisés, o servo de Deus, mantém seus braços estendidos em oração, os quais são sustentados assim por Aarão e Hur (Ex 17,11-13).

17. Além de servir para que o povo tivesse uma consciência viva de que a terra lhes fora dada por Deus como dom, tal lei também servia para que se mantivesse um estilo de vida relativamente igualitário na terra. Em virtude de dívidas, alguém poderia ter que vender sua propriedade. Contudo, isso não podia ocorrer de modo absoluto. Se assim o fosse, seria possível que, em Israel, logo se estabelecesse uma sociedade extremamente desigual, com grandes acúmulos de terra nas mãos de poucos e uma grande população de israelitas vivendo sob seu jugo. Seria uma situação de grande dureza, em certa medida bastante parecida com a que Israel vivera no Egito. Deus não poderia permitir que o seu povo, liberto para servi-lo, vivesse em tais condições.

18. Alguns textos nos ajudam a elucidar a situação de acúmulo indevido acontecida em Israel. Podemos aludir a dois deles. O primeiro seria Is 5,8: *“Ai dos que juntam casa a casa, dos que acrescentam campo a campo até que não haja mais espaço disponível, até serem eles os únicos*

moradores da terra". O profeta critica duramente os que acumulam sempre mais, tornando-se "os únicos moradores da terra". Se a terra pertence a Deus e se Ele a deu para o povo, não faz sentido que, com o passar do tempo, somente alguns dentre o povo possam se outorgar o direito de verdadeiros proprietários. O "verdadeiro proprietário" é Deus, os outros todos são "estrangeiros e hóspedes" (Lv 25,23). Um segundo texto é o que nos fala da disputa entre Acab e Nabot (1Rs 21). Significativa é a resposta de Nabot de Jezrael ao rei Acab: "*O Senhor me livre de ceder-te a herança dos meus pais*" (1Rs 21,3). Mesmo diante de um pedido do rei, Nabot não cede. Quem lhe confiscará a propriedade às custas de mentiras será a rainha Jezabel, uma estrangeira na corte israelita. A resposta de Nabot demonstra sua clara consciência acerca da importância de preservar a herança paterna, a terra, uma vez que, retrocedendo às origens do povo, esta lhes foi dada como dom das mãos do próprio Deus, por meio de Josué, encarregado de reparti-la entre as tribos. Diante desse quadro, Lv 25,23-34 previa a possibilidade de resgate dos campos, ainda fora do ano jubilar. Previa ainda que, independentemente da possibilidade de um resgate, os mesmos voltassem aos seus primeiros proprietários no ano do jubileu.

19. A última parte desse texto está nos vv. 35-55, que fala do resgate de pessoas. No Antigo Oriente Próximo, de modo geral, e também em Israel, era possível que alguém contraísse uma dívida tão alta que tivesse que vender a si mesmo como escravo até pagá-la totalmente. Algumas vezes, a família toda poderia ficar em tal situação. Em Israel, previa-se o resgate e a libertação dessas pessoas. Não somente Lv 25,35-55, mas também os livros do Êxodo (Ex 21,2-11) e do Deuteronômio (Dt 15,12-18) falam disso.

20. Do modo como é formulada em Ex 21,2-11, a lei concernente à liberação dos escravizados por dívidas preocupa-se com questões familiares, e com a possibilidade de que o escravo que contraiu matrimônio não tenha que se separar da sua família. O texto trata também de uma mulher hebreia, vendida como escrava, que não poderá ser vendida a estrangeiros caso não agrade mais a seu patrão. O texto se preocupa, ainda, em garantir seus direitos matrimoniais, caso ela seja tomada como esposa pelo patrão ou por seu filho.

21. No texto paralelo de Dt 15,12-18, o escravo é chamado de "irmão". Neste texto se prevê uma "indenização" para o escravo ou a escrava (Dt 15,13-14) quando da sua libertação. Esta versão da lei no livro do Deuteronômio parece ser mais elaborada teologicamente: menciona-se três vezes o nome de Deus (15,14.15.18); fala-se duas vezes de bênção (15,14.18) e remete-se à experiência do Êxodo (15,15).

22. Em se tratando de Lv 23,35-55, pode-se admitir uma relação tanto com Ex 21,2-11 quanto com Dt 15,12-18, mas não um forte vínculo com nenhum desses dois textos, pois ele possui características muito particulares. Embora o texto recorde aos israelitas que o endividado é um "irmão", como o faz o paralelo em Deuteronômio, a escravidão é quase que abolida, já que Lv 25,39-40 afirma que não se deve impor sobre este um trabalho escravo, mas sim que ele deve ser tratado como um "estrangeiro" ou "hóspede". A motivação teológica está no final de Lv 25: "*Pois é de mim que os filhos de Israel são servos; são servos meus que fiz sair da terra do Egito. Eu sou o Senhor, vosso Deus* (Lv 25,55). Assim como a terra não pode ser vendida perpetuamente porque é propriedade de Deus, assim também nenhum israelita endividado poderá ser para sempre submetido ao trabalho servil. Se não for resgatado, será liberto no ano do jubileu, quando as dívidas serão, assim, definitivamente remidas. Nesse aspecto, a lei do jubileu garante que nenhum israelita retornará à condição que tinha antes de ter sido libertado do Egito pelo Senhor. A memória da Páscoa aparece fortemente como pano de fundo de Lv 25.

23. Alguns autores concordam em ver na lei concernente ao jubileu uma certa dimensão escatológica. Embora não se negue que ela tenha sido aplicada em Israel, no todo ou em parte, percebe-se que sua execução plena remeteria a um momento ideal: o da redenção definitiva de Israel. O texto de Is 61 parece apontar nessa direção. O "profeta" por detrás desse capítulo compreende-se como aquele que veio inaugurar um "grande jubileu". Aqui não se utiliza o termo *yobel*, mas fala-se de um "ano aceitável" a Deus, onde os homens serão interna e externamente renovados, pois ele vem para curar os de "coração quebrantado" e para anunciar a "libertação aos cativos". O termo aqui traduzido como "libertação" é o termo hebraico *derôr*, o mesmo que ocorre em Lv 25,10, onde se fala do ano jubilar como o tempo da "*libertação [derôr] de todos os moradores da terra*".

24. Este "ano aceitável", este "jubileu", este tempo de "libertação e graça" foi inaugurado por Cristo na sinagoga de Nazaré (Lc 4,16-30). Quando vai à sua cidade Natal, Jesus entra

na sinagoga em dia de sábado e faz a leitura de Is 61,1-2. Este trecho estava associado ao dia das Expições, que marcava o início do ano jubilar. Nada é dito em Lucas que nos faça presumir que se tratava de tais comemorações. Poderia ser um sábado comum, mas que perde o seu caráter de um simples sábado para se tornar a proclamação feita, pelo próprio Cristo, do “verdadeiro jubileu”. Nele cumpre-se aquela Escritura que ele acabara de ler (Lc 4,21). Tudo o que concernia ao jubileu da Antiga Aliança é assumido, ressignificado e elevado à plenitude em Jesus de Nazaré. Ele veio para romper todas as cadeias e para fazer com que os homens vivam já hoje este tempo de graça e renovação.

25. Ao fazer referência ao “ano da graça do Senhor”, Jesus sintetizava a sua missão salvífica, apresentando-a como a própria missão da Igreja: a evangelização dos pobres, isto é, o anúncio da “boa notícia” de Deus aos que se despojam; a libertação dos presos das amarras da injustiça e do egoísmo; a recuperação da vista aos cegos, retirando da escuridão do desespero e da aflição aqueles que viviam à margem da salvação; e, por fim, a libertação dos sofrimentos e males que oprimem não somente o corpo, mas o espírito. A primeira comunidade cristã parece ter compreendido tal ensinamento, que se refletia em seu modo de viver (At 2,42-47; At 4,32-35).

Os Jubileus na história da Igreja

26. À medida que se aproxima o Jubileu do Ano Santo 2025, e com ele toda a exultação da Igreja pelo tempo de graça que será celebrado, é natural que se intensifique o interesse pela história das celebrações jubilares que tem suas raízes na Escritura Sagrada e na vida e missão da Igreja.

27. Fundamentada na tradição bíblica, a Igreja desenvolveu a tradição das celebrações jubilares, proclamando-as com o objetivo de serem efetivamente “tempos de graça”, experiências de perdão geral, e, portanto, de encontro com a misericórdia divina. O primeiro jubileu, de que se tem notícia, foi celebrado na história da Igreja foi o do Ano Santo de 1300, convocado pelo Papa Bonifácio VIII por meio da bula *Antiquorum habet*, de 22 de fevereiro de 1300, na qual proclamava aos romanos a concessão de uma “Indulgência Plenária” se visitassem por 30 vezes dentro do ano santo as Basílicas de São Pedro e de São Paulo, enquanto aos romeiros ou peregrinos que viessem de fora de Roma proclamava a mesma concessão de indulgência mediante 15 visitas às citadas basílicas.

28. De acordo com a proclamação jubilar de Bonifácio VIII, os jubileus seriam celebrados a cada 100 anos. Contudo, o Papa Clemente VI reduziu para 50 anos o intervalo entre os jubileus por meio da bula *Unigenitus Dei Filius*, em 1343. O Papa Urbano VI, por sua vez, determinou pela bula *Salvator noster Unigenitus*, de 8 de abril de 1389, que a celebração do Jubileu deveria ocorrer a cada 33 anos, fazendo com que o ano santo ocorresse em 1390 quando, em vez disso, deveria ter caído em 1400.

29. Pela bula *Immensa et innumerabilia*, de 19 de janeiro de 1449, o Papa Nicolau V restaurou o intervalo de 50 anos para as celebrações jubilares. No entanto, pela bula *Ineffabilis Providentia*, de 19 de abril de 1470, o Papa Paulo II proclamou o ano de 1475 como o próximo ano santo, determinando que a partir de então as celebrações jubilares deveriam ocorrer com intervalos regulares de 25 anos, mencionando expressamente a visita às Basílicas de São Pedro, São Paulo, São João de Latrão e Santa Maria Maior para se poder lucrar a indulgência jubilar, o que foi confirmado por Sisto IV através da bula *Quemadmodum operosi*, de 29 de agosto de 1473, tendo em vista a morte de Paulo II antes das celebrações jubilares por ele convocadas.

30. Já o Papa Alexandre VI tornou as celebrações jubilares fortemente incrementadas quando da celebração do Jubileu do Ano Santo de 1500, fixando definitivamente o cerimonial de abertura e de encerramento dos anos santos, uma vez que até então esses ritos não tinham seguido uma liturgia específica. Sua intenção era que o início de cada jubileu fosse marcado por uma simbologia de forte impacto cerimonial, o que promoveu por meio da abertura da “Porta Santa” em alusão às palavras de Jesus no Evangelho: “Eu sou a porta. Quem passar por mim será salvo” (Jo 10,9). Alexandre VI estabeleceu ainda que nas outras três Basílicas papais se reservasse uma porta santa para os peregrinos dos anos santos, a qual se manteria emparedada em todos os intervalos jubilares. Deste modo, a abertura da Porta Santa da Basílica de São Pedro seria desde então reservada ao próprio Pontífice, e a das outras três basílicas patriarcais aos legados papais. De acordo com a vontade do Papa, as portas santas deveriam permanecer abertas noite e dia.

31. Sobretudo a partir do Concílio de Trento, as celebrações jubilares, já enriquecidas pelo incremento ritual dado por Alexandre VI, foram marcadas por aspectos penitenciais pessoalmente

manifestados por alguns pontífices. Assim, por exemplo, quando o Papa Gregório XIII convocou o Jubileu do Ano Santo de 1575 por meio da bula *Dominus ac Redemptor*, procurou manifestar a Reforma Católica fortemente alavancada pelo Concílio de Trento através de um testemunho eclesial de vida devota consonante com o serviço de Deus no cumprimento dos deveres do estado de vida e no serviço ao próximo. Desta maneira, aboliu naquele ano os gastos para as comemorações do carnaval em Roma, destinando todo o recurso ao Hospital dos Peregrinos, sob a tutela de Filipe Neri. Nessa linha, Clemente VIII conferiu semelhante bom exemplo público quando, ao proclamar o Ano Santo de 1600 por meio da bula *Annus Domini Placabilis*, de 19 de maio de 1599, buscou ouvir confissões durante a Semana Santa, fazendo inclusive o exercício penitencial de subir a Escada Santa de joelhos, enquanto os cardeais renunciaram a vestir-se de vermelho no período, como sinal de penitência.

32. Por ocasião do Jubileu do Ano Santo de 1625, proclamado pela bula *Omnes Gentes*, o Papa Urbano VIII concedeu a indulgência jubilar mesmo àqueles que não tinham oportunidade de ir a Roma, concedendo-a também aos prisioneiros e aos doentes. Sobre esse aspecto, convém destacar que no Arquivo da nossa Cúria Metropolitana se encontram transcritas desde o século XVIII várias diplomações pontifícias de proclamação de jubileus juntamente com editais dos nossos bispos antecessores no governo diocesano do Rio de Janeiro, regulando a forma de celebrar os jubileus, bem como de lucrar a Indulgência Plenária jubilar.

33. Desde o Ano Santo de 1500, os Jubileus mantiveram uma periodicidade relativamente constante. Contudo, alguns contextos históricos influenciaram o intervalo de suas celebrações, como no caso das guerras napoleônicas, que impediram a celebração do Jubileu do Ano Santo de 1800, e outros fatores que impossibilitaram o Jubileu de 1850. A regularidade dos intervalos de 25 anos foi restabelecida somente com o Jubileu do Ano Santo de 1875, convocado pelo Papa Pio IX pela bula *Gravibus Ecclesiae*, de 24 de dezembro de 1874. Desde então, celebraram-se regularmente os anos santos jubilares de 1900, 1925, 1950, 1975 e 2000.

34. Houve, entretanto, os jubileus dos anos santos extraordinários, como o de 1933, proclamado pelo Papa Pio XI pela bula *Quod Nuper*, de 6 de janeiro de 1933, em celebração do 1900º aniversário da Redenção; o de 1983, proclamado pelo Papa São João Paulo II pela bula *Aperite Portas Redemptori*, de 6 de janeiro de 1983, em celebração do 1950º aniversário da Redenção; e o chamado “Jubileu da Misericórdia” de 2016, proclamado pelo Papa Francisco pela bula *Misericordiae Vultus*, de 11 de abril de 2015.

35. Não obstante as variações rituais, as expressões simbólicas e os condicionantes históricos, as celebrações jubilares foram estabelecidas e vividas ao longo dos séculos pela Igreja como verdadeiros “anos da graça”, ocasiões solenes de experiência da misericórdia divina e momentos extraordinários de avivamento do povo cristão. Por isso, permanecem sempre atuais, convidando o povo cristão a vivenciá-las fervorosamente em todas as épocas em que são celebradas.

As peregrinações e indulgências jubilares

36. Na bula de proclamação do Jubileu Ordinário de 2025, o Papa Francisco indica que a vida cristã é um caminho de esperança, cuja meta é o encontro com o Senhor Jesus.[2] Desde os primeiros séculos, a peregrinação é um elemento constitutivo da espiritualidade e da piedade cristã. Na verdade, a tradição judaica já enxergava a subida a Jerusalém para as festas celebradas no templo como uma peregrinação ao encontro do Senhor. São testemunhas desse aspecto da religiosidade judaica os chamados *salmos graduais*, como o salmo 121 (122): “Que alegria, quando ouvi que me disseram: ‘vamos à casa do Senhor!’ E agora nossos pés já se detêm, Jerusalém, em tuas portas.”[3]

37. Ao longo da história da Igreja, muitas tradições surgiram da piedade do povo cristão acerca das peregrinações a santuários e locais considerados pelos fiéis como de especial encontro com Deus, seja pela presença de relíquias, seja pelos relatos de aparições ou graças alcançadas. Santuários como o de Compostela, na Espanha, onde repousam as relíquias do apóstolo São Tiago Maior, a Santa Casa de Loreto, na Itália, e mesmo o nosso Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida são belos sinais de como os fiéis reconhecem a presença de Deus e suas maravilhas, invocando a intercessão de sua Santa Mãe e de seus santos.

38. Além desses santuários e locais de particular devoção, dois lugares receberam ao longo dos séculos especial atenção dos que partiam em peregrinação: a Terra Santa e Roma. Nos locais sagrados onde viveu Nosso Senhor e onde o cristianismo teve a sua origem, os fiéis encontram verdadeira fonte de piedade e de contato com o elemento histórico da fé cristã. Seja visitando a Basílica

da Natividade, em Belém, ou o Santo Sepulcro, em Jerusalém, ou os demais locais santos, os peregrinos recordam cada passo do Salvador enquanto caminhou em meio aos homens. Muitos foram os cristãos que, ao longo de séculos de história, peregrinaram até a Palestina com espírito de fervor e piedade, vivendo a proximidade com Cristo através dos locais em que Ele viveu. Essa realidade não passou despercebida a São Paulo VI, que, em visita à Terra Santa em 1964, chamou-a de o “quinto evangelho”.

39. Também a cidade de Roma se tornou um dos destinos preferidos daqueles que viam na peregrinação uma forma de santificação e testemunho da fé. Suas basílicas, santuários e igrejas, onde se encontram não poucas relíquias de inestimável valor espiritual e histórico, são como casas que acolhem aqueles que se achegam *ad limina apostolorum* (aos túmulos dos apóstolos), para ali, junto de onde estão sepultadas essas colunas de nossa fé que são os apóstolos Pedro e Paulo, renovar aquela fé recebida de Cristo e conservada pelo Sucessor de Pedro e pelo Colégio Universal dos Bispos.

40. O Papa Francisco recorda que “a peregrinação representa um elemento fundamental de todo o evento jubilar.”[4] E apresenta uma justificativa que deve suscitar nossa meditação: “Pôr-se a caminho é típico de quem anda à procura do sentido da vida.”[5] Compreendendo o alto valor simbólico da peregrinação para o cristão que está em constante jornada, rumo à morada eterna com o Senhor, a Igreja sempre enriqueceu os passos daqueles que se colocavam a caminho dos santuários e outros lugares santos com o tesouro espiritual das indulgências, sobretudo nos jubileus.

41. Aqui vale citar algumas palavras que recordam o valor das indulgências na espiritualidade cristã. Como nos ensina a Igreja, a indulgência é “a remissão, diante de Deus, da pena temporal devida pelos pecados já perdoados quanto à culpa, que o fiel, devidamente disposto e em certas e determinadas condições, alcança por meio da Igreja, a qual, como dispensadora da redenção, distribui e aplica, com autoridade, o tesouro das satisfações de Cristo e dos Santos.”[6] Sinais do amor misericordioso de Deus que tudo faz para nos alcançar, as indulgências educam os cristãos na prática da oração, da caridade e da comunhão. Afirmou o Papa Francisco: “Apesar do perdão, carregamos na nossa vida as contradições que são consequência dos nossos pecados. No sacramento da Reconciliação, Deus perdoa os pecados, que são verdadeiramente apagados; mas o cunho negativo que os pecados deixaram nos nossos comportamentos e pensamentos permanece. A misericórdia de Deus, porém, é mais forte também do que isso. Ela torna-se indulgência do Pai que, através da Esposa de Cristo, alcança o pecador perdoado e liberta-o de qualquer resíduo das consequências do pecado, habilitando-o a agir com caridade, a crescer no amor em vez de recair no pecado”[7].

42. Recordamos que as indulgências devem ser buscadas sempre com espírito de contrição e plena adesão a Cristo. Para isso, os fiéis devem estar atentos ao cumprimento das condições ordinárias, a saber: ter repulsa a todo afeto por qualquer pecado, até mesmo venial; fazer a confissão sacramental; receber a comunhão eucarística; e oferecer uma oração pelas intenções do Sumo Pontífice, que pode ser o Credo, um Pai-Nosso e uma Ave-Maria.[8]

43. Ao longo do Jubileu, os fiéis poderão lucrar a indulgência plenária ao seguirem em piedosa peregrinação para os lugares que o bispo diocesano indicar em cada diocese. Nesses locais sagrados, deverão participar da Santa Missa ou de outros atos litúrgicos e de piedade que aí se promoverem, tais como a oração da Liturgia das Horas, a oração do Rosário, a celebração penitencial seguida de confissões individuais e outras celebrações.

44. Além da peregrinação, feita muitas vezes em grupos, a Igreja também concederá a indulgência plenária jubilar aos fiéis que fizerem uma piedosa visita a esses mesmos lugares indicados pelo bispo. Aí devem se dedicar a um período considerável de adoração ao Santíssimo Sacramento, concluindo com a Profissão de Fé (o Credo), o Pai-Nosso e a Ave-Maria.

45. Dentre os lugares que o bispo pode indicar como local de peregrinação jubilar numa Diocese, em primeiro lugar está a Igreja Catedral, ponto de unidade de toda a vida diocesana. Dessa forma, a nossa Catedral Metropolitana de São Sebastião será um lugar especial de peregrinação, proporcionando aos fiéis um ambiente de reconciliação, oração e vivência da caminhada de cada cristão como peregrino da esperança.

46. Além de lucrar as indulgências na ocasião das visitas a essas igrejas e santuários, também será possível lucrar indulgência pela participação em missões populares, em retiros, e em encontros formativos sobre textos do Concílio Vaticano II e do Catecismo da Igreja Católica. Também as obras de misericórdia, que se concretizarão principalmente nas visitas aos doentes, aos presos e aos

necessitados, serão uma oportunidade para um autêntico encontro com o Coração misericordioso de Cristo.

47. A Igreja, que tem uma opção preferencial pelos mais pobres e sofredores, se unirá ainda mais intensamente, no período jubilar, àqueles que não terão a possibilidade de se deslocar aos locais de celebração e peregrinação, como os idosos, enfermos e reclusos. Incluem-se também aqueles que, nos hospitais ou em outras instituições, dedicam-se ao serviço contínuo de assistência a estes irmãos e irmãs impossibilitados. A todos esses a Igreja oferecerá a oportunidade de lucrar a indulgência jubilar se, unidos em espírito aos fiéis presentes nesses locais, sobretudo acompanhando pelos meios de comunicação a transmissão das palavras do Sumo Pontífice ou do bispo diocesano, recitarem o Pai-Nosso, a Profissão de Fé e outras orações em conformidade com as finalidades do Ano Santo, oferecendo os seus sofrimentos ou as dificuldades da sua vida.

48. Todas essas oportunidades indulgenciadas – às quais se acrescenta ainda a faculdade dada aos bispos diocesanos de conceder a Bênção Papal com indulgência plenária no dia mais oportuno do tempo jubilar[9] – são sinais da missão entregue por Cristo à Igreja de ser casa de misericórdia para todos aqueles que se aproximam com o coração sincero e desejoso de conversão. Cristo, nos recorda São Paulo VI, é a “nossa indulgência”[10], o Primogênito do Pai que por nós se entregou em sacrifício no altar da cruz. De sua entrega brotam os tesouros de salvação que a Igreja aplica aos fiéis, primeiramente nos Sacramentos, que causam em nós a graça. Mas também nas oportunidades sacramentais, como o Jubileu, a Igreja abre esse tesouro que brota da Cruz, e como despenseira da graça de que Cristo a fez depositária, enriquece cada fiel que se aproxima para experimentar “a plenitude do perdão de Deus que não conhece limites.”[11]

O Jubileu de 2025 em Roma

49. O Santo Padre, na bula de proclamação, anunciou que a abertura do jubileu ordinário será no dia 24 de dezembro de 2024 em Roma, na Basílica de São Pedro, quando fará a abertura da Porta Santa. Nas outras Basílicas papais, também haverá a abertura da Porta Santa, a saber: Basílica São João de Latrão em 29 de dezembro de 2024, Basílica Santa Maria Maior em 1º de janeiro de 2025 e Basílica São Paulo fora dos Muros em 05 de janeiro de 2025. Uma outra Porta Santa será aberta numa prisão “para que seja para eles um símbolo que os convida a olhar o futuro com esperança e renovado compromisso de vida”.[12]

50. Todos são convidados a peregrinar a Roma para viver esta experiência de fé e reavivamento da esperança. O Dicastério para a evangelização, órgão eclesial responsável pela organização do jubileu ordinário, apresentou um calendário com datas e celebrações em nível mundial para os diversos grupos com os quais a Igreja é chamada a evangelizar. O referido calendário pode ser encontrado no site do jubileu[13].

51. Neste site, encontramos as informações necessárias para que a peregrinação seja organizada e vivida de forma tranquila e segura como peregrino ou voluntário. Uma das novidades deste jubileu é o *cartão do peregrino* que pode ser obtido gratuitamente pelo site para o acesso aos locais de peregrinação. O caminho do Jubileu dentro de Roma contempla os seguintes locais de peregrinação: as quatro basílicas papais, as “Sete Igrejas” (tradicional caminho idealizado por São Filipe Neri no Século XVI), o caminho europeu com 28 basílicas e as igrejas das santas mulheres padroeiras da Europa e doutoras da Igreja.

52. O rico simbolismo da Porta Santa encontra sua fundamentação bíblica em Jo 10,7.9, onde Jesus diz: “Eu sou a porta das ovelhas. Eu sou a porta. Se alguém entra por mim, será salvo; entrará e sairá e encontrará pastagem”. A Porta Santa é um sinal de que todos nós devemos passar por Cristo para vivermos a vida nova que Ele conquistou para nós por seu mistério pascal. Além das Portas Santas, que serão abertas em Roma e na prisão, todos os fiéis são chamados a viver esta experiência através da porta do confessionário para que de fato o jubileu alcance o seu objetivo espiritual na vida de cada um.

53. A cura dos corações feridos, a alegria e a beleza da vida nova em Cristo provêm fundamentalmente do sacramento da Confissão. O fiel que a ele se encaminha passa pela porta do perdão misericordioso do Senhor. Que este jubileu seja mais uma oportunidade para buscarmos a remissão dos nossos pecados, atravessando essa porta de misericórdia. Aqui reforçamos a exortação do Decreto da Penitenciaria Apostólica, para que os sacerdotes estejam disponíveis e dedicados ao

sacramento da Confissão, realizando celebrações penitenciais frequentemente e divulgando e ampliando os horários de confissão auricular.

O Jubileu em nossa Arquidiocese

54. A bula *Spes non confundit* do Papa Francisco, o Decreto da Penitenciaria Apostólica sobre as Normas para a concessão da indulgência jubilar e o Ritual contendo os textos litúrgicos para serem usados durante o jubileu são os documentos da Santa Sé que nortearão a organização e a ação pastoral do jubileu ordinário na Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. O Vicariato de Pastoral da Arquidiocese, em consonância com o Arcebispo e o Conselho Arquiepiscopal, elaborou a estrutura que apresentaremos a seguir nesta Carta Pastoral. Para ulteriores esclarecimentos, indicamos o Vicariato de Pastoral como o órgão responsável pelo Jubileu Ordinário em nossa Arquidiocese. Vale ressaltar que em nossa Arquidiocese, contamos com quatro padres “missionários da misericórdia” que receberam do Papa a faculdade de ouvir confissões dos fiéis e, no foro interno, conceder a absolvição de pecados reservados[14]. Esse grande dom que recebemos é muito importante para a missão de misericórdia em nossa Arquidiocese, e está a serviço de todos os que buscarem esses sacerdotes para a absolvição dos pecados reservados.

A abertura do Ano Santo na Arquidiocese

55. A abertura do Jubileu em nossa Igreja Particular ocorrerá na Catedral Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro no dia 29 de dezembro de 2024, festa da Sagrada Família, quando será concedida a bênção papal, acompanhada de indulgência plenária. A data está inserida no quinto dia da Oitava do Natal em consonância com a motivação principal do jubileu: a celebração do mistério da encarnação e nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo. A celebração de abertura, conforme indica o ritual, começará às 10h no Largo da Carioca (Centro), onde se localiza o pátio externo da Igreja do Convento de Santo Antônio.

56. Para a abertura deste momento singular da nossa espiritualidade eclesial e da unidade em nossa Arquidiocese, convocamos todo o clero (bispos, sacerdotes, diáconos), leigos, religiosos, religiosas, consagrados e consagradas (congregações, institutos, comunidades de vida, aliança e missão), seminaristas, ministros (instituídos e investidos), catequistas, membros de pastorais, movimentos, associações, irmandades, confrarias, ordens terceiras e devoções.

57. Esta celebração assinala o início do ano pastoral arquidiocesano cujas atividades terão o mesmo objetivo do jubileu: **ser um tempo forte da graça onde a esperança deve inspirar a conversão e a missão**. As atividades do II Sínodo Arquidiocesano, que reflete sobre o nosso compromisso com a missão, devem alcançar um maior número de pessoas neste tempo do jubileu, quando somos chamados a ser arautos da esperança que não decepciona (Rm 5,5), isto é, Jesus Cristo! (1Tm 1,1). Portanto, todos os organismos de nossa Arquidiocese são chamados, durante o Ano Santo, a viver este tempo forte da graça de Deus promovendo estudos, formações, peregrinações, visitas aos lugares sagrados previstos (Igrejas Jubilares), para lucrar as indulgências e reavivar a esperança de todos. Os grupos poderão se organizar conforme sua disponibilidade e em diálogo com os responsáveis pela Igreja Jubilar.

58. A celebração de abertura do jubileu ordinário em nossa Arquidiocese será única e não haverá abertura nas igrejas jubilares de acordo com as instruções recebidas nos documentos. Por conseguinte, todos os fiéis se reunirão comigo no local determinado acima. Será uma grande alegria presidir esta cerimônia junto ao rebanho que Jesus Cristo, o Bom Pastor, me confiou. Em seguida, inicia-se o rito com a saudação prevista, a proclamação do Evangelho e a procissão em direção à Catedral. Nesta procissão, será levada a cruz, sinal da vitória de Cristo sobre o pecado, o mal e a morte, e símbolo da nossa Esperança e da nossa Arquidiocese. Esta cruz possui as características peculiares de nossa identidade católica e cultura carioca: remete à Jornada Mundial da Juventude, realizada em 2013 no Rio de Janeiro com a presença do Papa Francisco (em sua primeira viagem apostólica) e traz no seu interior a silhueta do Cristo Redentor.

59. À porta da Catedral, a cruz será erguida para veneração a fim de que todos possam aclamar que Cristo é a nossa esperança e que não seremos confundidos eternamente! Em seguida entraremos solenemente no templo para fazer memória do nosso batismo com a bênção e aspersão da água. Então entoaremos o hino de louvor e a missa prossegue como de costume. Antes da bênção final, será entregue o distintivo (quadro) que identifica as Igrejas jubilares em nossa Arquidiocese para que os

fiéis possam realizar a peregrinação e receber a indulgência plenária uma vez ao dia, tanto para si como para os defuntos[15].

60. Além das basílicas menores e dos santuários designados já previstos, cada vicariato territorial terá uma igreja jubilar. Todas estas Igrejas fixarão o distintivo à porta do templo a fim de identificá-las. Nestes “lugares sagrados de acolhimento e espaços privilegiados para gerar esperança”[16], cada pároco ou reitor deve usar da criatividade pastoral para favorecer o propósito do jubileu, adotando uma postura de acolhimento alegre, disponível e generoso bem como a formação de equipes de acolhida e catequese, entre outros. Isso incluiu a realização de peregrinações, visitas, Missas para o Ano Santo, a administração do sacramento da Confissão, como também momentos de formação, oração e celebração.

61. As Igrejas jubilares em nossa Arquidiocese são:

1. Catedral Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro – Centro
2. Basílica menor da Imaculada Conceição – Botafogo
3. Basílica menor do Imaculado Coração de Maria – Méier
4. Basílica menor de N. Sra. de Lourdes – Vila Isabel
5. Basílica menor de Santa Teresinha – Tijuca
6. Basílica menor de N. Sra. da Penha – Penha
7. Basílica menor de São Sebastião – Tijuca
8. Basílica menor São João Batista da Lagoa – Botafogo
9. Santuário Arquidiocesano do Cristo Redentor – Corcovado
10. Santuário Arquidiocesano da Mãe e Rainha três vezes admirável de Schoenstatt – Vargem

Pequena

11. Santuário Arquidiocesano de N. Sra. de Fátima – Recreio
12. Santuário Arquidiocesano de N. Sra. das Graças da Medalha Milagrosa – Tijuca
13. Santuário Arquidiocesano N. Sra. do Loreto – Freguesia
14. Santuário Arquidiocesano da Divina Misericórdia – Vila Valqueire
15. Paróquia São Jerônimo – Coelho Neto
16. Paróquia Imaculada Conceição – Recreio
17. Paróquia N. Sra. do Desterro – Campo Grande
18. Paróquia N. Sra. da Conceição – Campinho
19. Paróquia N. Sra. da Apresentação – Irajá
20. Paróquia N. Sra. da Conceição – Realengo
21. Paróquia N. Sra. da Conceição – Santa Cruz

Celebração jubilar dos Vicariatos territoriais com o Arcebispo

62. Todos devem ser alcançados por este tesouro de graças do Ano Santo! É a nossa missão convidar, divulgar e encorajar os fiéis e todas as pessoas de cada vicariato territorial para a celebração jubilar vicarial. Como missionários, precisamos investir na divulgação criativa, virtual e pessoal para que ninguém se sinta excluído da graça de Deus. A celebração Eucarística será na Igreja jubilar daquele Vicariato, num sábado pela manhã e previamente agendada (vide tabela abaixo), presidida pelo Arcebispo, concelebrada pelos párocos e demais sacerdotes; com a presença maciça dos diáconos, fiéis, religiosos(as), consagrados(as), agentes de pastorais, movimentos e dos diversos grupos de todas as paróquias que compõem a vida, a beleza e a evangelização daquele Vicariato.

63. Naquele sábado estabelecido, todos se reúnem num lugar comum e peregrinam até a Igreja jubilar para a Missa do Ano Santo a fim de celebrar as dádivas do Jubileu e lucrar a indulgência jubilar, se cumpridas as exigências já mencionadas para tal. A celebração jubilar vicarial acontecerá em três etapas: catequese/formação paroquial sobre o Jubileu 2025 (organizada pelo pároco para instruir e animar os paroquianos) [17], peregrinação vicarial e missa na Igreja jubilar. O Vigário Episcopal e os Párocos daquele território organizarão a peregrinação e a Missa, contando com presença de todos os fiéis daquele vicariato territorial, que são chamados a acolher de forma consciente e frutuosa esta grande dádiva que Deus concede a seus filhos neste Ano Santo.

Eis as datas dos sábados:

29/12/2024	Vicariato Urbano
25/01/2025	Vicariato Anchieta
22/02/2025	Vicariato Barra

29/03/2025	Vicariato Sul
26/04/2025	Vicariato Jacarepaguá
31/05/2025	Vicariato Leopoldina
28/06/2025	Vicariato Norte
26/07/2025	Vicariato Campo Grande
02/08/2025	Vicariato Cascadura
27/09/2025	Vicariato Madureira
11/10/2025	Vicariato Oeste
22/11/2025	Vicariato Santa Cruz

Os vicariatos não territoriais, grupos, movimentos e outros:

64. Mesmo inseridos nos vicariatos territoriais, os membros dos vicariatos não territoriais, pastorais, movimentos e outros grupos são chamados a organizar neste ano santo uma peregrinação às Igrejas jubilares em data a ser combinada com o pároco ou reitor local. Será uma ocasião propícia para celebrar as graças divinas do Ano Santo reavivando a esperança cristã e adquirindo novo vigor missionário!

Celebração Arquidiocesana

65. A Graça divina do Ano Santo deve alcançar a todos, sobretudo em nossa cidade, cujos males da violência e das injustiças tentam anular a esperança no coração do nosso povo. Precisamos ser um sinal vivo de uma esperança “em saída”, indo ao encontro dessas realidades. Para que este nosso impulso missionário seja efetivo, realizaremos no dia 17 de Maio de 2025, às 15h, o evento arquidiocesano “Cristo é nossa Esperança, Paz e Reconciliação!”. Este grande evento será realizado em cada Vicariato territorial neste mesmo dia e horário, com a presença de um bispo auxiliar, padres, diáconos, seminaristas, religiosos(as), consagrados(as), leigos(as), o povo de Deus presente nas paróquias e todas as pessoas que desejarem realizar a experiência do amor de Deus em suas vidas e na vida do próximo, tão marcada pela desesperança. Será uma bela manifestação da unidade arquidiocesana neste Ano Santo, que peregrina por toda a nossa cidade levando a paz, a reconciliação e a esperança que é Jesus Cristo, nosso Senhor.

66. Para este evento, propomos que em cada vicariato territorial seja constituída pelo Vigário Episcopal uma comissão vicarial do jubileu envolvendo o maior número possível de agentes de pastoral e movimentos, além de outras pessoas para a organização das atividades do Ano Jubilar (estrutura, apoio e logística, liturgia, animação, acolhimento, comunicação, dentre outras). Solicitamos, portanto, que as mídias de nossas paróquias e comunidades através da PASCOM estejam empenhadas e comprometidas na divulgação ampla, criativa e ousada! Elaboração de posts, vídeos curtos e outras publicações devem permear constantemente os diversos aparelhos eletrônicos. Precisamos reavivar a esperança de nosso povo! Assumamos com coragem e alegria este anúncio: “nossa esperança é Cristo Jesus” (cf. 1Tm 1,1).

67. Portanto, no sábado 17 de maio de 2025 às 15h, cada Vicariato territorial iniciará a Celebração Arquidiocesana no local determinado para aquela região, com a recitação do terço da esperança. Às 16h, dirigirei a todos uma mensagem, que será transmitida ao vivo pela Rádio Catedral e outros meios do Sistema de Comunicação Arquidiocesano (SCA). Após essa mensagem, todos seguem em peregrinação até uma Igreja jubilar ou outro local propício para a celebração da Santa Missa, quando, ao final, serão dados dois testemunhos de conversão.

O Jubileu no Regional Leste 1 da CNBB

68. Em unidade, as Circunscrições Eclesiásticas que compõem o Regional Leste 1 da CNBB, do qual faz parte o Estado do Rio de Janeiro, realizarão durante o Ano Santo uma peregrinação com uma cruz que contém vários símbolos, reconhecidos por estas igrejas como representações da desesperança vivida pela população em nosso Estado. Esta cruz chama cada pessoa à contemplação do amor de Deus revelado em Jesus Cristo que morreu e triunfou sobre o pecado, o mal e a morte, ressuscitando dentre os mortos. Dessa forma, busca-se reacender a esperança em cada coração, ajudando os fiéis a compreenderem que, em Cristo, a morte não tem a última palavra, mas sim a vida que Jesus Ressuscitado conquistou para cada pessoa e para a humanidade inteira. O Senhor resgatou e acolheu a todos em seu infinito amor e a nossa experiência com ele reaviva em nós a fé, a caridade e a esperança.

69. Depois de percorrer todo o Regional Leste 1, o encerramento dessa peregrinação se dará em nossa Arquidiocese, coincidindo também com a conclusão do Ano Santo. Será uma ocasião de olharmos para os sinais de esperança que somos chamados a semear e a fazer frutificar em nossa Arquidiocese, em comunhão com as demais (arqui)dioceses do Estado do Rio de Janeiro, rezando por todas as intenções por onde essa cruz peregrina passou.

70. Em nossa Arquidiocese, receberemos esta cruz peregrina no dia 26 de novembro de 2025. A mesma será acolhida por alguns dias em cada um dos vicariatos, até o dia 28 de dezembro de 2025, quando seguirá para a Catedral Metropolitana no encerramento do Jubileu. A cruz do Regional Leste 1 chegará a todos os Vicariatos, para um momento de oração e reavivamento da esperança.

71. A cruz peregrina do Regional virá da Diocese de Itaguaí e passará por todos os nossos vicariatos. Os Vigários Episcopais combinarão os locais de partida e chegada e os locais de peregrinação dessa Cruz.

26/11/25	chegada no Vicariato Santa Cruz
28/11/25	chegada no Vicariato Campo Grande
01/12/25	chegada no Vicariato Oeste
03/12/25	chegada no Vicariato Jacarepaguá
06/12/25	chegada no Vicariato Barra
08/12/25	chegada no Vicariato Sul
10/12/25	chegada no Vicariato Urbano
12/12/25	chegada no Vicariato Leopoldina
15/12/25	chegada no Vicariato Norte
18/12/25	chegada no Vicariato Anchieta
20/12/25	chegada no Vicariato Cascadura
22/12/25	chegada no Vicariato Madureira
24/12/25	chegada na Catedral
26/12/25	Vicariatos não territoriais na Catedral
28/12/25	encerramento do jubileu

A missão dos meios de comunicação no Ano Santo

72. O Ano Santo é uma “proclamação do tempo da graça do Senhor” (Is 61,2; Lc 4,19). Sendo a missão da Igreja, todos os cristãos, em virtude do seu Batismo, são chamados e impelidos pelo Espírito Santo à sua realização. Neste sentido, os meios de comunicação nas suas mais variadas formas e tecnologias têm uma grande tarefa na difusão do Evangelho da Salvação.

73. Em nossa Arquidiocese, o Vicariato da Comunicação (VICOM) – órgão responsável por todo o Sistema de Comunicação Arquidiocesano (SCA), está a serviço das paróquias, comunidades e demais grupos para orientar e esclarecer sobre a boa utilização das mídias e outras tecnologias. A finalidade e o objetivo do Ano Santo nos impelem a uma comunicação cada vez mais eficiente e eficaz através dos mais variados instrumentos que criam redes, conexões, integração e interação. Eles favorecem a ação da graça de Deus e a vida fraterna na comunidade paroquial.

74. Interpelados pela própria Palavra de Deus que motiva e fundamenta o Ano Santo, orientamos que todos os meios de comunicação disponíveis em nossa Arquidiocese e em suas Paróquias sejam utilizados com competência, responsabilidade, criatividade e ousadia para fazerem com que todas as dádivas do Jubileu alcancem a vida de cada pessoa e as transforme, sendo, portanto, um canal eficaz da graça do Senhor. A PASCOM de cada Paróquia e comunidade deve se organizar, planejar e convidar novos membros para que com santa e ousada criatividade pastoral, comunique e transmita pelas mais variadas formas (mídias, post, séries, mensagens digitais, etc) este tempo da graça do Senhor, para encher de esperança o coração de todos aqueles que assistirem e ouvirem esta mensagem salvífica, e possibilitar que obtenham do Senhor as forças necessárias para a sua conversão pessoal, ingresso e acolhimento fraterno na comunidade eclesial.

Encerramento do Ano Santo

75. Conforme estabeleceu o Papa Francisco na Bula *Spes non Confundit* o encerramento do Ano jubilar será presidido pelo Bispo diocesano na Igreja Catedral no Domingo dia 28 de dezembro de 2025, festa da Sagrada Família. Portanto, neste dia, às 10h na Catedral Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro, presidirei a Santa Missa. As Igrejas jubilares não terão encerramento,

apenas recolherão o distintivo do jubileu e o levarão para a Catedral, neste mesmo dia, entregando-o nessa Missa solene.

76. Para esta celebração, toda a comunidade arquidiocesana é convocada à participação efetiva, levando 1kg de alimento não perecível. Na procissão de entrada, os leigos representantes das Igrejas jubilares entrarão com seus distintivos e os depositarão num local apropriado. Na apresentação dos dons (ofertório) cada vicariato levará 1kg de alimento não perecível, simbolizando o compromisso jubilar de caridade e partilha com os pobres a fim de que não falte o necessário a ninguém. Após a comunhão, todos entoarão um cântico de ação de graças e receberão a bênção solene e a despedida, concluindo assim o Ano Santo de 2025.

O Jubileu e a paz: tempo de reconstrução da unidade no Rio de Janeiro – Deus habita esta cidade

77. O jubileu é tempo de graça e de reconstrução. Em nossa grande cidade, muitas vezes somos atingidos por uma avalanche de notícias negativas e de acontecimentos preocupantes. São situações de violência, de pobreza, de abandono, de ausência ou falhas na execução de políticas públicas, que geram um aumento crescente da desigualdade social, e, não raro, abrem espaço para o surgimento de situações que causam dor e sofrimento.

78. O contato cotidiano com tantos aspectos negativos da realidade, muitas vezes excessivamente explorados pela mídia, pode gerar, também em nós, homens e mulheres de fé, um olhar pessimista diante de tantos problemas. Como consequência, podemos nos deixar dominar pelo medo e pela tristeza e corremos o risco de enxergar a realidade como algo imutável, sem perspectiva de mudança e melhora.

79. No entanto, também nesta oportunidade, o Santo Padre, o Papa Francisco, nos convoca a sermos “peregrinos da esperança”. De fato, essa deve ser a nossa missão de cristãos no mundo, e toca a nós, de modo especial, sermos peregrinos da esperança em nossa Cidade Maravilhosa. Se temos tantos motivos de apreensão e medo, é necessário ampliarmos nosso olhar sobre a realidade que nos cerca, para reconhecermos que, apesar das tristezas, há também muitos motivos de alegria.

80. Por um lado, observamos uma crescente fragmentação de nossa grande cidade, resultando em uma cidade dividida, setorizada em ambientes que muitas vezes não dialogam entre si, permanecendo, de fato, isolados e incomunicáveis. Por outro lado, é imprescindível reconhecer que um dos pontos mais relevantes da nossa ação eclesial é justamente a capacidade de promover a integração, o diálogo e, acima de tudo, assegurar nossa presença estável e permanente em todos os espaços da cidade. Na multiforme e complexa conjuntura urbana do Rio de Janeiro, a ação pastoral e missionária de nossa Arquidiocese se apresenta como um sinal de esperança em meio a essa fragmentação, anunciando o Reino de Deus e partilhando com as pessoas aquilo que temos.

81. Essa presença pode ser sentida não apenas por uma forma de organização estrutural e institucional, mas, acima de tudo, pela atuação de nossos agentes de pastoral distribuídos por todo o território da cidade. Eles alcançam também aquelas realidades que não são, especificamente, geográficas, mas muitas vezes existenciais. É o que chamamos de capilaridade da ação pastoral. É nessa capilaridade que temos nossa grande riqueza. Onde está presente um batizado, está presente com ele e através dele toda a nossa Igreja Arquidiocesana.

82. Nosso coração de pastor se rejubila em cada encontro. Tantas vezes em locais em que muitos não querem ir, ali chegamos e percebemos que, antes de nós, já havia uma ação eclesial. As realidades são as mais diversas, seja em uma “Cracolândia”, às margens da linha de trem, ou no constante cuidado com a população de rua, ou ainda nos inúmeros abrigos e asilos, nos hospitais, nos cemitérios. Quando ocorre um evento adverso, podemos testemunhar que sempre encontramos nossos agentes de pastoral atuando das mais variadas formas, exercendo nossa missão de ser portadores de esperança.

83. Se temos motivos para nos entristecer, podemos afirmar, caros filhos, que temos muito mais motivos para nos alegrar. Somos chamados a fazer a experiência dessa mudança de perspectiva: nossa presença nesta grande metrópole pode e deve ser o fator para uma verdadeira mudança e transformação de nossa sociedade.

84. Nossa tarefa não é fácil, mas é necessária. Não se trata, simplesmente, de desejar a paz, mas, antes, de construí-la, no dia a dia, nos pequenos gestos e atitudes. Nesse sentido, a experiência de celebrar o jubileu deve se tornar, em nossa vida, uma oportunidade ímpar de renovar

nossa experiência de encontro com Cristo. Encontrá-lo em nossa vida, em nossa história, em nossas alegrias e em nossas angústias. Renovar em nosso coração o encontro com Cristo nos faz reafirmar nossa opção de segui-lo, nos faz colocá-lo no centro de nossa existência, nos faz exercitar a cada dia o discipulado, trazendo em nosso coração os mesmos sentimentos de Cristo (cf. Fl 2,5).

85. Frequentemente desejamos transformar a realidade ao nosso redor, buscando mudanças externas na sociedade ou na ação política. No entanto, a mudança mais eficaz não ocorre fora de nós. A celebração do Jubileu pode ser o ponto de partida para um projeto pessoal de transformação, que se inicia em nosso coração, no íntimo de nossa alma. Trata-se de uma verdadeira mudança de mentalidade, atitudes e prioridades, uma caminhada gradual e contínua, semelhante a uma pequena semente que, germinando no interior do solo, permanece invisível, mas, ao crescer, torna-se uma nova planta. Da mesma forma, nossas novas atitudes devem começar no interior de nossos corações, para depois se traduzirem em ações concretas em nossa vida cotidiana. Somos responsáveis pela reconstrução de nossa cidade, sustentados pela unidade da fé que professamos.

86. Nesse jubileu, gostaria de convidá-los a assumir conosco este propósito. Permitamos que a experiência do Jubileu nos faça mudar não apenas o nosso olhar sobre a realidade, mas, principalmente, as nossas ações. Em uma realidade de violência, nossas atitudes sejam de paz, em uma realidade de abandono, nossas atitudes sejam de acolhida, em uma realidade de condenação, nossas atitudes sejam de perdão, em uma realidade de intolerância, nossas atitudes sejam de tolerância. Enfim, que a fé que professamos com os lábios possa ser testemunhada através de nossas ações concretas, manifestando Aquele a quem encontramos e seguimos, Cristo Jesus.

87. Desse modo, caríssimos irmãos e irmãs, convido-os a assumirem uma fé viva e testemunhá-la em todas as situações da vida diária. Assim lançaremos sementes de eternidade por onde passarmos. Deixaremos um rastro de boas ações e de testemunhos concretos, anunciaremos a presença de Cristo em nossa cidade, não simplesmente com palavras, mas com a nossa vida.

88. Em um mundo que desaprendeu a amar, nós poderemos testemunhar que é possível amar de verdade; em um mundo que, cada vez mais, afasta e constrói muros de separação, poderemos ser construtores de pontes de diálogo, de acolhida e de caridade; em um mundo em que o mal se paga com o mal, com violência e com vingança, poderemos mostrar que é possível, mesmo diante do mal, fazer o bem. Enfim, poderemos testemunhar que é possível, em meio a toda essa realidade que nos cerca, viver, pensar e agir de um modo novo, pelo qual nossa vida fará diferença no mundo em que vivemos.

89. Assumamos juntos esse compromisso, que deverá ser exercitado e renovado todos os dias. Busquemos uma verdadeira transformação de nosso coração e uma autêntica mudança em nossas atitudes, para que, uma vez transformados, nos tornemos agentes de transformação no mundo em que vivemos. Que a experiência do encontro com Cristo nos leve a resplandecer Sua face através de nossas atitudes e que nossa vida, reconstruída por Ele, seja um instrumento de reconstrução da sociedade na qual estamos inseridos.

O que deixaremos como legado do Jubileu?

90. Todo Ano Santo deve provocar em nós a conversão pessoal e comunitária das nossas ações e a presença ativa na fé e na vida da comunidade eclesial. Este Jubileu também nos impele a uma renovação de atitudes e posturas para assumir a novidade que o Evangelho realiza toda vez que acolhemos a Palavra de Deus e a pomos em prática.

91. O grande legado que levamos do Jubileu está em nosso interior: no crescimento da fé, na reconciliação, no fortalecimento dos laços familiares, no perdão, na renovação das nossas vidas e na profunda experiência do amor e da misericórdia de Deus. Essas são as maiores marcas que o Jubileu deve deixar em cada um de nós.

92. No entanto, é importante que esse tempo jubilar também seja marcado por sinais externos, que se manifestem de forma concreta na vida pastoral e comunitária, testemunhando nas nossas paróquias e comunidades o que vivemos internamente. Por isso, queremos deixar um legado pastoral que perpassa o tempo do Jubileu, manifestado através de iniciativas concretas: seja na criação de um espaço dedicado à oração, em projetos sociais que atendam os mais necessitados, ou em uma obra de evangelização que possa alcançar cada vez mais pessoas. Como parte desses sinais visíveis, em cada uma das igrejas jubilares será colocada uma cruz em mármore que representará o Ano Santo, e,

nas demais igrejas matrizes de cada paróquia, o logotipo do jubileu, em acrílico colorido, será instalado como marco desse tempo jubilar.

93. Ao proclamarmos com o nosso testemunho o “Ano da graça do Senhor”, que a esperança seja o tema que norteie nossas vidas e atividades pessoais, pastorais e comunitárias. Impulsionados pela graça que se derrama sobre cada um de nós e sobre a Igreja como um todo, somos chamados a assumir o compromisso de difundir esse dom com fidelidade e dedicação. Sejamos presença eclesial efetiva em nossa cidade e no mundo: criando novos locais – e incrementando os existentes – de atuação da Igreja que reza, ajuda o próximo, colabora, constrói, edifica, ensina a fé cristã, dispensa os sacramentos e as inúmeras graças, e enche o coração de esperança, porque Deus comunicou a sua salvação “de muitos modos e maneiras” (Hb 1,1).

94. Cada batizado (e cada pessoa que faz o bem) é uma presença do Senhor em todos os locais do mundo. As atividades pastorais e evangelizadoras devem convergir para um anúncio concreto da esperança que é Jesus Cristo. Para tanto, pensamos também que a **Pastoral da Escuta** pode ser um legado do Jubileu 2025, assumido por todas as paróquias e futuramente elevado à condição de ministério extraordinário tal como outros já existentes em nossa Arquidiocese.

95. A Pastoral da Escuta – já existente em pouquíssimas comunidades – é presença de quem, como o Cristo, ouve com atenção, acolhimento, solidariedade e compaixão os dramas e sofrimentos do outro e projeta sobre eles as luzes do Espírito Santo a fim de que, confiando em Deus, acredite que “a esperança não decepciona” (Rm 5,5) e que “tudo concorre para o bem dos que amam a Deus” (Rm 8,28). Será um espaço para gerar esperança, renovar a fé e a alegria, retomar com otimismo e sob novas perspectivas os desafios da vida. Não podemos ficar parados e inertes, mas, impelidos pela graça, devemos prosseguir decididamente, como Peregrinos da Esperança!

96. Abertos à graça que se derrama sobre cada um de nós neste tempo fecundo e atentos à voz do Espírito que ora em nós e por nós, queremos ainda assinalar que a memória do Ano Santo deverá perpetuar-se através de um marco significativo que nos recorde a esperança no Senhor. Cada comunidade paroquial deverá, portanto, discernir o sinal concreto que deseja deixar, para que o Jubileu seja lembrado não apenas pela sua dimensão espiritual, mas também pelas obras visíveis que dele nasceram.

97. Seguindo os exemplos de São Sebastião e Santana, que possamos, neste jubileu, ser testemunhas corajosas e fiéis do Evangelho em nossa grande cidade. Que vivamos este tempo de graça com o coração renovado e desejoso de deixar um legado de fé, unidade e amor em nossas comunidades e famílias.

98. As comemorações do meu Jubileu de Ouro Sacerdotal, em sintonia com a preparação e a celebração do Ano Santo, sejam marcadas por graças abundantes e pela redescoberta da misericórdia de Deus, tempo propício para pedir ao Senhor da messe que envie operários para a sua colheita. Assim, como o Jubileu nos convida à renovação da fé e à reconciliação, ele também deve inspirar uma renovada dedicação à promoção vocacional, especialmente ao ministério sacerdotal. Que meu Jubileu sacerdotal seja, então, um terreno fértil de onde brotem novas vocações, e que o testemunho dos sacerdotes inspire muitos jovens a seguirem esse caminho de doação e de serviço à Igreja e ao mundo.

99. O mês de outubro de 2024 é um período especial para a Igreja, marcado por eventos significativos: a Semana Missionária, o Sínodo dos Bispos sobre a Sinodalidade, as canonizações e o II Sínodo Arquidiocesano. A **Semana das Missões**, com o tema "Viver a Missão: Testemunho de Sinodalidade", destaca o papel de todos os batizados como missionários, vivendo em comunhão e participando da evangelização. O **Sínodo dos Bispos sobre a Sinodalidade** sublinha a importância de uma Igreja que caminha unida, ouvindo e discernindo em comunidade, reforçando a missão evangelizadora de maneira inclusiva e participativa. As **canonizações** deste mês nos mostram que a santidade está ao alcance de todos e serve de inspiração para nossa própria missão de viver o Evangelho. Por fim, o **II Sínodo Arquidiocesano** marca o esforço da nossa Igreja local em promover a renovação pastoral e a sinodalidade, convidando todas as paróquias e comunidades a participarem ativamente no discernimento dos caminhos que Deus nos aponta. Outubro, portanto, nos chama a renovar o compromisso missionário, viver a sinodalidade e inspirar-nos no exemplo dos novos santos e na caminhada sinodal da Arquidiocese.

100. Que neste Ano Santo jubilar não nos falte a intercessão da Virgem Maria, a Senhora da Penha, peregrina e mãe da esperança, para que, vivendo as abundantes bênçãos deste tempo da graça, renovemos nossa fé em Cristo, nossa esperança! (1Tm 1,1)

Com afetuosa bênção,

São Sebastião do Rio de Janeiro,

20 de outubro de 2024.

Orani João Cardeal Tempesta, O. Cist.

Arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro

Oração do Jubileu 2025

Pai que estás nos céus,

a fé que nos deste no teu filho

Jesus Cristo, nosso irmão,

e a chama da *caridade*

derramada nos nossos corações pelo Espírito Santo,

despertem em nós a bem-aventurada *esperança*

para a vinda do teu Reino.

A tua graça nos transforme

em cultivadores diligentes das sementes do Evangelho

que fermentem a humanidade e o cosmos,

na espera confiante

dos novos céus e da nova terra,

quando, vencidas as potências do Mal,

se manifestar para sempre a tua glória.

A graça do Jubileu reavive em nós,

Peregrinos da Esperança,

o desejo dos bens celestes

e derrame sobre o mundo inteiro

a alegria e a paz do nosso Redentor.

A ti, Deus bendito na eternidade,

louvor e glória pelos séculos dos séculos.

Amém

Hino do Jubileu 2025

Chama viva da minha esperança, este canto suba para Ti!

Seio eterno de infinita vida, no caminho eu confio em Ti!

1. Toda a língua, povo e nação, tua luz encontra na Palavra. / Os teus filhos, frágeis e dispersos se reúnem no teu Filho amado.

2. Deus nos olha, terno e paciente: nasce a aurora de um futuro novo. / Novos Céus, Terra feita nova: passa os muros, 'Spirito' de vida.

3. Ergue os olhos, move-te com o vento, não te atrases: chega Deus, no tempo. / Jesus Cristo por ti se fez Homem: aos milhares seguem o Caminho.

[1] FRANCISCO, *Carta ao Arcebispo Rino Fisichella pelo Jubileu 2025*, 11 de fevereiro de 2022.

[2] FRANCISCO, *Spes non Confundat*, n. 5.

[3] Salmo 121 (122), 1.

[4] FRANCISCO, *Spes non Confundat*, n. 5.

[5] Ibidem.

[6] MANUAL de indulgências: normas e concessões, p. 8.

[7] FRANCISCO, *Misericordiae Vultus*, 22.

[8] As indulgências e concessões listadas a partir daqui são retiradas das *Normas para a concessão de indulgências durante o Jubileu Ordinário do ano 2025*, publicadas pela Penitenciaria Apostólica em 13 de maio de 2024.

[9] PENITENCIARIA APOSTÓLICA. *Sobre a concessão da indulgência do Jubileu Ordinário do ano de 2025 proclamado por sua Santidade o Papa Francisco*.2024.

[10] *Apostolorum limina*, II.

[11] FRANCISCO, *Spes non Confundat*, n. 23.

[12] FRANCISCO, *Spes non Confundat*, n. 10.

[13] <https://www.iubilaeum2025.va/pt/pellegrinaggio/calendario-giubileo.html>

[14] Cf. cân. 508, p. 1 para a Igreja latina; e cân. 728, p.1 para a Igreja oriental

[15] A respeito dos defuntos neste jubileu ordinário, a Penitenciaria Apostólica estabelece que “os fiéis que tiverem praticado o ato de caridade em favor das almas do Purgatório, se se aproximarem legitimamente do Sacramento da Comunhão uma segunda vez no mesmo dia, poderão obter duas vezes no mesmo dia a Indulgência Plenária, aplicável apenas aos defuntos (entende-se no âmbito da celebração Eucarística)”.

[16] FRANCISCO, *Spes non Confundit*, n. 24.

[17] Os documentos já mencionados, as catequese do Papa Francisco sobre o tema da “Esperança cristã” (07/12/2016 a 25/10/2017) e esta carta pastoral são os subsídios fundamentais para esta formação.

Fonte: Vatican News